

O DISCURSO AUTORITÁRIO NO BRASIL: UMA BREVE ANÁLISE DO MANIFESTO DE INSTAURAÇÃO DO ESTADO NOVO

Francisco das Neves Alves*

Resumo: O manifesto de Getúlio Vargas à nação, de 10 de novembro de 1937, foi uma demonstração plena do pensamento autoritário vigente à época. Nesse discurso, os promotores do golpe buscaram apresentar as motivações do ato perpetrado contra as instituições, em uma tentativa de comprovar algum nível de legitimidade – segundo suas próprias concepções – em relação aquela atitude. Uma breve análise de tal discurso constitui o intento deste trabalho.

Palavras-Chave: Manifesto de 10 de novembro de 1937, Estado Novo, análise do discurso.

Abstract: The Getúlio Vargas manifesto to the nation of November 10, 1937 was a full demonstration of the authoritarian thinking in force at the time. In this discourse, the promoters of the coup sought to present the motivations of the act perpetrated against the institutions, in an attempt to prove some level of legitimacy - according to their own conceptions - in relation to that attitude. A brief analysis of such discourse constitutes the intent of this work.

Key Words: Manifesto of November 10, 1937, Estado Novo, discourse analysis.

* Professor Titular da FURG. Doutor em História – PUCRS. Pós-Doutorado junto ao ICES/Portugal (2009), à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015) e à UNISINOS (2016). fnah@vetorial.br

O ano de 1937 foi um dos mais intrincados no conjunto da formação histórica brasileira. Já no seu último terço, uma agitada campanha direcionada às eleições para a Presidência da República se espalhava pelo país, com os principais candidatos viajando pelas várias regiões, desde as grandes cidades até alguns rincões retirados, em uma busca renhida pelos votos dos eleitores que não compareciam às urnas para aquele tipo de disputa há quase uma década. Por outro lado, o grupo que chegara ao poder em 1930 estabelecia todo o tipo de articulação para interromper o natural caminho institucional, evitar o processo eleitoral e estabelecer um modelo autoritário. A caminhada em direção às urnas, entretanto, acabaria por tornar-se uma pantomina, diante das maquinações golpistas que tornavam cada vez mais evidente a ruptura com os ditames constitucionais.

O grupo liderado por Getúlio Vargas, que ocupara o poder desde a Revolução de 1930, mostrou-se muitas vezes avesso aos processos eleitorais. Nesse sentido, as eleições e a reconstitucionalização do país foram constantemente postergadas, só vindo a ocorrer após o dismantelamento da antiga máquina eleitoral típica da época da República Velha, com a derrota da Revolução de 1932. Ainda que a população tenha conseguido ir até as urnas, com a formação de uma Assembleia Constituinte e a promulgação de uma constituição, a primeira eleição presidencial foi indireta, com a garantia da recondução de Vargas ao cargo. Mesmo assim, os detentores do poder pretendiam manter seu projeto de perpetuação no controle do aparelho do Estado, daí arquitetarem um golpe que romperia o trâmite institucional e transformaria a constituição recém-estabelecida em letra-morta.

Uma das grandes peculiaridades do golpe que levou à implementação do Estado Novo foi o seu minucioso planejamento. Ele estava planejado para o dia 15 de novembro, uma segunda-feira, prevendo a ampla

desmobilização do feriado prolongado, típica da sociedade brasileira. A manifestação anti-golpista e o apelo aos militares de um dos candidatos à Presidência, levou à antecipação da perpetração do golpe para o dia 10. Entretanto, tudo já estava pronto naquela mesma data, ficando estabelecidas as articulações para a efetivação do ato em termos de poder civil e militar, passando a funcionar o aparelho repressivo e censório e instituindo-se uma nova constituição caracterizada pelo autoritarismo e pela concentração/centralização político-administrativa. Por ocasião do golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, foi publicado um manifesto assinado por Getúlio Vargas e direcionado “À Nação”, no qual os agentes do poder intentavam justificar aquela ruptura institucional e uma brevíssima análise de tal discurso constitui o objetivo deste trabalho.

Ao estabelecer por foco de o Manifesto de 10 de novembro de 1937, este trabalho busca realizar uma interpretação histórica da construção discursiva, compartilhando alguns dos pressupostos voltados à análise do discurso, notadamente no que tange ao contexto, à formação discursiva e às relações discursivas de oposição, de associação e de identidades. Nessa perspectiva o veio condutor é uma pesquisa de natureza histórica, uma vez que na escolha de um método deve haver o cuidado para que o mesmo seja compatível com a formação de historiador, pois aventurar-se em métodos que exijam sólida formação em outras áreas torna-se um risco que pode comprometer a pesquisa duplamente, a ponto de fazê-la não atender às exigências quer das outras áreas, quer da história. Também se faz necessária a adoção de uma certa flexibilidade no uso do método escolhido, de maneira que o pesquisador não caia prisioneiro de procedimentos que prejudiquem as interpretações históricas de fundo (CARDOSO & VAINFAS, 1997, p. 379).

Quanto ao contexto, um ponto essencial nesses

estudos é buscar interpretar o discurso em uma dimensão de exterioridade, levando em conta a ação social e a dispersão do tempo (FOUCAULT, 2002, p. 354). Deve-se, assim, colocar em evidência o problema das condições de produção como um quadro de informação prévio e necessário a uma observação interna de cada realidade discursiva (OSAKABE, 2002, p. 51). A preocupação com o ambiente no qual ocorreu a elaboração do discurso advém da perspectiva de que a prática discursiva não é um objeto concreto oferecido à instituição e sim o resultado de uma construção, condicionada pelo contexto histórico (MAINGUENEAU, 1980, p. 21). Nesse sentido, constitui uma ilusão acreditar que os enunciados de um discurso se interpretam sem contexto, havendo necessidade de procedimentos que exigem a sua análise e não somente uma interpretação semântica, sendo preciso definir o contexto do qual tirar as informações necessárias para interpretar o discurso (MAINGUENEAU, 2011, p. 25 e 29). Torna-se, assim, imprescindível apreender o discurso como uma atividade inseparável do contexto (MAINGUENEAU, 2000, p. 33).

Dessa maneira, o discurso é uma atividade ao mesmo tempo condicionada pelo contexto e transformadora desse mesmo contexto, pois, dada a abertura da interação, o contexto é ao mesmo tempo construído na e pela maneira como se desenvolve e, definida de antemão, a situação é sem cessar redefinida pelo conjunto de acontecimentos discursivos, ou seja, a relação entre texto e contexto não é absolutamente unilateral, mas dialética (KERBRAT-ORECCHIONI, 2004, p. 128). Nessa linha, uma propriedade do contexto a ressaltar é seu caráter dinâmico, já que ele se desloca em situações que não permanecem idênticas no tempo e sim se cambiam; já que um contexto é um transcurso de acontecimentos que tem um estado inicial, estados intermediários e um estado final (DIJK, 1988, p. 273-274).

Assim, a leitura de um discurso não é possível e/ou razoável em si, mas em relação às suas histórias, não se constituindo seu sentido em algo fechado em si mesmo e autossuficiente (ORLANDI, 1988, p. 44), podendo ser levadas em consideração as condições de produção extradiscursivas, intradiscursivas e interdiscursivas.

A formação discursiva constitui outro fundamento em evidência neste trabalho. Ela se refere à possibilidade de descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão. Tal formação parte de objetos, tipos de enunciação, conceitos e escolhas temáticas que podem tornar possível definir uma regularidade, a partir de uma ordem, correlações, posições, funcionamentos e transformações no discurso. Aquilo que pertence propriamente a uma formação discursiva e o que permite delimitar o grupo de conceitos, embora discordantes, que lhe são específicos consiste na maneira pela qual esses diferentes elementos estão relacionados uns aos outros; o modo pelo qual a disposição das descrições ou narrações está ligada às técnicas de reescrita; a forma pela qual o campo de memória está ligado às formas de hierarquia e de subordinação que regem os enunciados de um texto; a modalidade pela qual estão ligados os modos de aproximação e de desenvolvimento dos enunciados; e os modos de crítica, de comentários, de interpretação de enunciados já formulados (FOUCAULT, 2012, p. 43 e 65-66).

Nesse sentido, a formação discursiva designa conjuntos de enunciados que podem ser associados a um mesmo sistema de regras historicamente determinadas (MAINGUENEAU, 2004, p. 241), ou seja, ela se refere a todo sistema de regras que funda a unidade de um conjunto de enunciados sócio-historicamente circunscrito (MAINGUENEAU, 2000, p. 68). O discurso diz respeito não à especificação das frases que são possíveis ou gramaticais,

mas à especificação sócio-historicamente variável de formações discursivas. Assim, uma formação discursiva implica em regras de formação para o conjunto particular de enunciados que pertencem à ela e, mais especificamente, de regras para a formação de objetos, bem como de modalidades enunciativas e posições do sujeito, de conceitos e de regras para a formação de estratégias. Essas regras são constituídas por combinações de elementos discursivos e não-discursivos e o processo de articulação desses elementos faz do discurso uma prática social (FAIRCLOUGH, 2008, p. 64-65).

Com base em tal perspectiva, as regras que determinam uma formação discursiva se apresentam como um sistema de relações entre objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias. Tais aspectos caracterizam a formação discursiva em sua singularidade e possibilitam a passagem da dispersão para a regularidade a qual passa a ser atingida pela análise dos enunciados que constituem a formação discursiva (BRANDÃO, 1996, p. 28). Dessa forma, os sentidos dos discursos não estão predeterminados por propriedades da língua, mas dependem de relações constituídas nas/pelas formações discursivas. Entretanto, é preciso não pensar as formações discursivas como blocos homogêneos funcionando automaticamente, já que elas são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações (ORLANDI, 2013, p. 44).

Uma outra premissa levada a efeito para a realização deste trabalho está ligada às relações discursivas. Na expressão de diversas modalidades de enunciação de um discurso, elas podem remeter à síntese ou à função unificante, mas também manifestam sua dispersão, em planos ligados por um sistema de relações e tal feixe de relações constitui um sistema de formação conceitual (FOUCAULT, 2012,

p. 61 e 66). No campo das relações discursivas, podem ser identificados pelo menos três tipos, ou seja, as oposições, as associações e as identidades (ROBIN, 1977, p. 154-155). O estudo que traz em si a abordagem de tais relações torna-se adequado ao trabalho do historiador, pois lhe fornece algumas chaves para a desconstrução do discurso sem exigir necessariamente conhecimentos de grande envergadura em outras áreas (CARDOSO & VAINFAS, 1997, p. 381). Tais relações voltadas a oposições, associações e identidades são extremamente recorrentes nas construções discursivas em que predomina o discurso político.

O “Manifesto de Getúlio Vargas à nação” trazia consigo, além da intenção de demonstrar algum tipo de legitimidade no ato golpista, muito do pensamento autoritário que ascendia em muitas partes do mundo de então, naquilo que se convencionou denominar de modelos totalitários. Mas revelava ainda muitas das formas de pensar e agir do grupo que ocupara o poder no Brasil desde 1930, também calcadas no autoritarismo e no intento da perpetuação no poder. A partir de tal mescla de condicionantes e influências externas e internas, se estabeleceu no país o Estado Novo, uma das experiências ditatoriais mais ferrenhas da formação histórica brasileira, cuja tônica seria representada pela Constituição de 1937 que alocava plenos poderes nas mãos do presidente da República, além de praticamente anular os princípios federativos e eliminar os pressupostos minimamente democráticos. Desse modo, a “fala presidencial” de 10 de novembro de 1937¹ funcionava também como um prenúncio do modelo autoritário que passaria a vigor e dominar a vida nacional nos anos seguintes².

¹ Todas as citações referentes ao “Discurso-Manifesto de Getúlio Vargas” de 10 de novembro de 1937 foram extraídas de: BONAVIDES & AMARAL, 2002. v. 5. p. 264-272.

² A respeito de tal contexto, observar: CARONE, 1976; D’ARAÚJO, 2000; SILVA, 1991; e SOLA, 1982.

Uma das questões centrais de tal discurso foi a invocação à figura do “grande líder”, característica dos padrões totalitários de então. Nesta época em que começavam a se estabelecer algumas das estratégias midiáticas como forma de manipulação, era fundamental a cristalização da figura de um “homem predestinado” que sintetizasse em si as supostas aspirações nacionais. Getúlio Vargas e o grupo que representava lançavam mão de um recurso discursivo muitas vezes por ele colocado em prática, intentando demonstrar até mesmo uma abnegação em nome da nação, ou seja, transmutando o projeto de continuidade no poder em “sacrífico” pela causa pública, ou ainda agindo pelo “bem da coletividade” e pelo gosto de “servir à nação”.

O homem de Estado, quando as circunstâncias impõem uma decisão excepcional, de amplas repercussões e profundos efeitos na vida do país, acima das deliberações ordinárias da atividade governamental, não pode fugir ao dever de tomá-la, assumindo, perante a sua consciência e a consciência dos seus concidadãos, as responsabilidades inerentes à alta função que lhe foi delegada pela confiança nacional. (...)

Tenho suficiente experiência das asperezas do poder para deixar-me seduzir pelas suas exterioridades e satisfações de caráter pessoal. Jamais concordaria, por isso, em permanecer à frente dos negócios públicos se tivesse de ceder quotidianamente às mesquinhas injunções da acomodação política, sem a certeza de poder trabalhar, com real proveito, pelo maior bem da coletividade.

Prestigiado pela confiança das forças armadas e correspondendo aos generalizados apelos dos meus concidadãos, só acedi em sacrificar o justo repouso a que tinha direito, ocupando a posição em que me encontro, com o firme propósito de continuar servindo à nação.

Outro fundamento presente no Manifesto de 10 de novembro de 1937 foi o apelo ao espírito de salvação nacional. Era outra das características dos regimes totalitários que buscavam justificar a concentração e a centralização de

poderes nas mãos de poucos, ou mesmo de um – o “líder máximo” – em nome de uma suposta redenção da nacionalidade, normalmente afetada pelos efeitos que a crise mundial desencadeara. No Brasil não era diferente, ainda mais que, desde 1930, os novos detentores do poder tinham prometido criar uma “República Nova”, em substituição à “Velha” e seu tradicional modelo oligárquico. Já em 1937, aqueles mesmos governantes prometiam fundar um “Estado Novo” o qual viria a ter condições de definitivamente romper com os anacronismos daquele modelo. O fato deste grupo, inclusive seu chefe Vargas, ser oriundo exatamente daquela estrutura oligárquica foi sempre mascarada sob a bandeira do “novo”, de modo que aqueles tradicionais “caudilhos”, agora se travestiam em políticos “modernos” que lutavam contra o “caudilhismo”, para “salvar a nação” e “garantir a unidade nacional”:

À contingência de tal ordem chegamos, infelizmente, como resultante de acontecimentos conhecidos, estranhos à ação governamental, que não os provocou nem dispunha de meios adequados para evitá-los ou remover-lhes as funestas consequências. (...)

Nos períodos de crise, como o que atravessamos, a democracia de partidos, em lugar de oferecer segura oportunidade de crescimento e de progresso, dentro das garantias essenciais à vida e à condição humana, subverte a hierarquia, ameaça a unidade pátria e põe em perigo a existência da nação, extremando as competições e acendendo o facho da discórdia civil. (...)

Os preparativos eleitorais foram substituídos, em alguns estados, pelos preparativos militares, agravando os prejuízos que já vinha sofrendo a nação, em consequência da incerteza e instabilidade criadas pela agitação facciosa. O caudilhismo regional, dissimulado sob aparências de organização partidária, armava-se para impor à nação as suas decisões, constituindo-se, assim, em ameaça ostensiva à unidade nacional. (...)

Colocada entre as ameaças caudilhescas e o perigo das formações partidárias sistematicamente agressivas, a nação, embora tenha por si o patriotismo da maioria absoluta dos brasileiros e o

amparo decisivo e vigilante das forças armadas, não dispõe de meios defensivos eficazes dentro dos quadros legais, vendo-se obrigada a lançar mão, de modo normal, das medidas excepcionais que caracterizam o estado de risco iminente da soberania nacional e da agressão externa. Essa é a verdade, que precisa ser proclamada, acima de temores e subterfúgios. (...)

A gravidade da situação que acabo de escrever em rápidos traços está na consciência de todos os brasileiros. Era necessário e urgente optar pela continuação desse estado de coisas ou pela continuação do Brasil. Entre a existência nacional e a situação de caos, de irresponsabilidade e desordem em que nos encontrávamos, não podia haver meio termo ou temporização.

O discurso presidencial trazia em si também uma outra meta latente que era a demonstração de uma pouco plausível legalidade naquele ato golpista. Em 1930, ocorrera um procedimento parecido, argumentando os novos governantes da época que a “revolução” contara com amplo apoio popular, embora não tivesse havido nenhum referendo ou plebiscito nesta mesma direção. Tal justificativa partia de um duvidoso princípio de que não houvera maiores manifestações contrárias e, por conseguinte, isto poderia ser interpretado como uma aceitação. Quanto ao golpe de novembro de 1937, a estratégia foi repetida, observando-se que estava se dando a continuidade de um “movimento de amplitude nacional”, como teria sido aquele de 1930, com a instalação de um governo que estaria preocupado com a estabilidade nacional, do ponto de vista político, econômico, social e institucional. Nesse sentido, o manifesto chegava a afirmar que a perpetração do golpe contara inclusive com um “aplausos populares” e com o apoio das forças armadas em nome da “segurança nacional”:

Oriundo de um movimento revolucionário de amplitude nacional e mantido pelo poder constituinte da nação, o governo continuou, no período legal, a tarefa encetada de restauração econômica e financeira e, fiel às convenções do regime, procurou criar, pelo alheamento às competições partidárias, uma atmosfera de

serenidade e confiança, propícia ao desenvolvimento das instituições democráticas.

Enquanto assim procedia, na esfera estritamente política, aperfeiçoava a obra de justiça social a que se votara desde o seu advento, pondo em prática um programa isento de perturbações e capaz de atender às justas reivindicações das classes trabalhadoras, de preferência as concernentes às garantias elementares de estabilidade e segurança econômica, sem as quais não pode o indivíduo tornar-se útil à coletividade e compartilhar dos benefícios da civilização. (...)

Circunstâncias de diversas naturezas apressaram o desfecho desse movimento, que constitui manifestação de vitalidade das energias nacionais extrapartidárias. O povo o estimulou e acolheu com inequívocas demonstrações de regozijo, impacientado e saturado pelos lances entristecedores da política profissional; o Exército e a Marinha o reclamaram como imperativo da ordem e da segurança nacional.

Um dos tópicos mais combatidos nas palavras do manifesto de Vargas foi a ação dos partidos políticos. A visão quanto às agremiações partidárias teve variações ao longo da formação histórica brasileira. Em certos momentos, os partidos foram encarados como os baluartes da liberdade e/ou da democracia e como os legítimos órgãos de representação da sociedade. Já em outros, eles apareceram como desagregadores e responsabilizados pelas divisões no seio da nação e pela desorganização das instituições. Normalmente esta versão negativa era típica dos períodos ditatoriais e não foi diferente naquela década de trinta. Os regimes totalitários se caracterizam pela noção do partido único, ou ainda pela própria inexistência dos partidos, considerados como desnecessários, tendo em vista que o “líder máximo” não necessitaria de “intermediários” nas suas relações com o povo. A ditadura estado-novista cristalizaria tal perspectiva, evitando até os seus estertores a ação dos partidos políticos, cuja existência foi aniquilada. Assim, o discurso do presidente encontrou nas representações partidárias os verdadeiros inimigos da nacionalidade:

Contrastando com as diretrizes governamentais, inspiradas sempre no sentido construtivo e propulsor das atividades gerais, os quadros políticos permaneciam adstritos aos simples processos de aliciamento eleitoral.

Tanto os velhos partidos como os novos, em que os velhos se transformaram sob novos rótulos, nada exprimiam ideologicamente, mantendo-se à sombra de ambições pessoais ou de predomínios localistas, a serviço de grupos empenhados na partilha dos despojos e nas combinações oportunistas em torno de objetivos subalternos.

A verdadeira função dos partidos políticos, que consiste em dar expressão e reduzir a princípios de governo as aspirações e necessidades coletivas, orientando e disciplinando as correntes de opinião, essa, de há muito, não a exercem os nossos agrupamentos partidários tradicionais. O fato é sobretudo sintomático se lembrarmos que da sua atividade depende o bom funcionamento de todo sistema baseado na livre concorrência de opiniões e interesses. (...)

Acresce, ainda, notar que, alarmados pela atoarda dos agitadores profissionais e diante da complexidade da luta política, os homens que não vivem dela mas do seu trabalho deixam os partidos entregues aos que vivem deles, abstendo-se de participar de vida pública, que só poderia beneficiar-se com a intervenção dos elementos de ordem e de ação construtora. (...)

É dessa situação perigosa que nos vamos aproximando. A inércia do quadro político tradicional e a degenerescência dos partidos em clãs facciosos são fatores que levam, necessariamente, a armar o problema político, não em termos democráticos, mas em termos de violência e de guerra social.

Além de buscarem denegrir a imagem dos partidos políticos, os promotores do golpe do Estado Novo buscavam também demonstrar que os processos eleitorais eram desnecessários e até maléficos para a vida nacional. O projeto de continuidade no poder fez com que os homens públicos que governaram o Brasil desde 1930 não convivessem bem com a ideia de eleições, uma vez que as mesmas sempre poderiam representar um entrave a seus planos. Nessa linha, o caminho das urnas foi evitado ao máximo e só foi executado em condições excepcionais. Naquele 1937, a perspectiva da eleição presidencial trazia consigo a provável

ruptura para com o intento da perpetuação no poder, daí o golpe que não só evitaria a escolha de um novo presidente, como eliminaria a prática eleitoral nos anos seguintes. O discurso de Vargas mais uma vez apelava para os possíveis males e instabilidade que supostamente poderiam advir de uma eleição, além disso, expressava que tal ato estaria corrompido pela preponderância das elites – como se o grupo que representava não tivesse se locupletado com tal modelo nas últimas décadas – além de declarar que o povo não consideraria relevante a sua própria participação nas urnas:

O sufrágio universal passa, sim, a ser instrumento dos mais audazes e máscara que mal dissimula o conluio dos apetites pessoais e de corrilhos. Resulta daí não ser a economia nacional organizada que influi ou prepondera nas decisões governamentais, mas as forças econômicas de caráter privado, insinuadas no poder e dele se servindo em prejuízo dos legítimos interesses da comunidade. (...)

Um regime que, dentro dos ciclos prefixados de quatro anos, quando se apresentava o problema sucessório presidencial, sofria tremendos abalos, verdadeiros traumatismos mortais, dada a inexistência de partidos nacionais e de princípios doutrinários que exprimissem as aspirações coletivas, certamente não valia o que representava e operava, apenas, em sentido negativo. (...)

A campanha presidencial, de que tivemos, apenas, um tímido ensaio, não podia, assim, encontrar, como efetivamente não encontrou, repercussão no país. Pelo seu silêncio, a sua indiferença, o seu desinteresse, a nação pronunciou julgamento irrecorrível sobre os artifícios e as manobras a que se habituou a assistir periodicamente, sem qualquer modificação no quadro governamental que se seguia às contendas eleitorais. Todos sentem, de maneira profunda, que o problema de organização do governo deve processar-se em plano diferente e que a sua solução transcende os mesquinhos quadros partidários, improvisados nas vésperas dos pleitos, com o único fim de servir de bandeira a interesses transitoriamente agrupados para a conquista do poder.

Outro alvo recorrente no manifesto presidencial foi a Constituição de 1934, a qual foi considerada anacrônica em relação à sua própria contemporaneidade. Tal constituição

poderia ser considerada verdadeiramente como uma natimorta, uma vez que sua vigência oficial foi curtíssima e sua validade prática ainda mais ínfima. A ação governamental no sentido de coibir as manifestações de esquerda levou ao estabelecimento de um constante estado de exceção que praticamente transformava algumas das determinações constitucionais em letra morta. Para o grupo varguista, a substituição da Constituição de 1934 era fundamental para implementar seu projeto autoritário, de concentração de poderes e de centralização político-administrativa, colocando o controle pleno do aparelho do Estado nas mãos do detentor do executivo, daí a outorga de um novo texto constitucional e a intenção declarada de denegrir o arcabouço constitucional promulgado menos de um lustro antes:

A organização constitucional de 1934, vazada nos moldes clássicos do liberalismo e do sistema representativo, evidenciara falhas lamentáveis, sob esse e outros aspectos. A Constituição estava, evidentemente, antedatada em relação ao espírito do tempo. Destinava-se a uma realidade que deixara de existir. Conformada em princípios cuja validade não resistira ao abalo da crise mundial, expunha as instituições por ela mesma criadas à investida dos seus inimigos, com a agravante de enfraquecer e anemizar o poder público.

O aparelhamento governamental instituído não se ajustava às exigências da vida nacional; antes, dificultava-lhe a expansão e inibia-lhe os movimentos. Na distribuição das atribuições legais, não se colocara, como se devera fazer, em primeiro plano, o interesse geral; aluíram-se as responsabilidades entre os diversos poderes, de tal sorte que o rendimento do aparelho do Estado ficou reduzido ao mínimo e a sua eficiência sofreu danos irreparáveis, continuamente expostos à influência dos interesses personalistas e das composições políticas eventuais.

Não obstante o esforço feito para evitar os inconvenientes das assembleias exclusivamente políticas, o Poder Legislativo, no regime da Constituição de 1934, mostrou-se, irremediavelmente, inoperante. (...)

A fase parlamentar da obra governamental se processava antes como um obstáculo do que como uma colaboração digna de ser

conservada nos termos em que a estabelecera a Constituição de 1934.
(...)

Quando as competições políticas ameaçam degenerar em guerra civil, é sinal de que o regime constitucional perdeu o seu valor prático, subsistindo, apenas, como abstração. A tanto havia chegado o país. A complicada máquina de que dispunha para governar-se não funcionava. Não existiam órgãos apropriados através dos quais pudesse exprimir os pronunciamentos da sua inteligência e os decretos da sua vontade.

A premissa de um Estado amplamente preponderante no controle da sociedade era uma das culminâncias do projeto político defendido no Manifesto de 1937, de modo que tal “Estado forte” controlasse o país nos mais variados campos, como o social, o político e o ideológico. Além disso, a ideia central era também um Estado interventor na economia, dominando as diretrizes econômico-financeiras e produtivas do país. No discurso vinha à tona um dos principais pontos presentes no projeto dos detentores do poder e defendido desde a campanha da Aliança Liberal, referente a uma busca pela modernização do país, mormente no que tange ao avanço econômico, prendendo-se à visão de galgar etapas em direção ao desenvolvimento, ou, em outras palavras, a presença governamental no processo de reestruturação nacional, com o pressuposto industrializante em detrimento do tradicional modelo agroexportador, até então predominante:

Para reajustar o organismo político às necessidades econômicas do país e garantir as medidas apontadas, não se oferecia outra alternativa além da que foi tomada, instaurando-se um regime forte, de paz, de justiça e de trabalho. Quando os meios de governo não correspondem mais às condições de existência de um povo, não há outra solução senão mudá-los, estabelecendo outros moldes de ação.
(...)

As decepções que o regime derogado trouxe ao país não se limitaram ao campo moral e político.

A economia nacional, que pretendia participar das responsabilidades do governo, foi também frustrada nas suas justas aspirações. Cumpre restabelecer, por meio adequado, a eficácia da sua intervenção e colaboração na vida do Estado. (...)

Numa atmosfera privada de espírito público, como essa em que temos vivido, onde as instituições se reduzem às aparências e aos formalismos, não era possível realizar reformas radicais sem a preparação prévia dos diversos fatores da vida social.

Torna-se impossível estabelecer normas sérias e sistematização eficiente à educação, à defesa e aos próprios empreendimentos de ordem material, se o espírito que rege a política geral não estiver conformado em princípios que se ajustem às realidades nacionais. (...)

Restauremos a nação na sua autoridade e liberdade de ação: na sua autoridade, dando-lhe os instrumentos de poder real e efetivo com que possa sobrepor-se às influências desagregadoras, internas ou externas; na sua liberdade, abrindo o plenário do julgamento nacional sobre os meios e os fins do governo e deixando-a construir livremente a sua história e o seu destino.

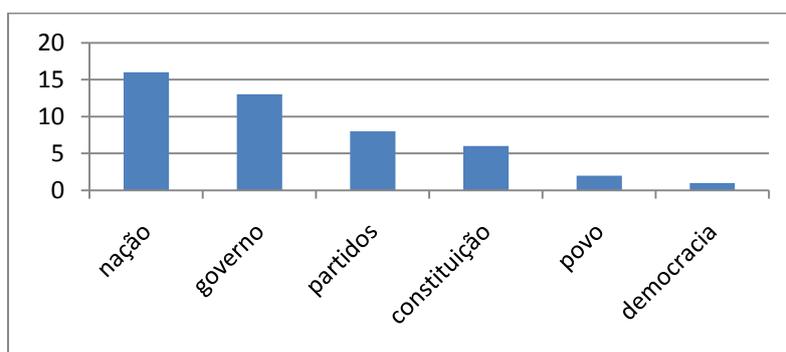
O ponto essencial em que Getúlio Vargas e seu grupo buscaram amparar-se para justificar a atitude golpista era o “perigo vermelho”. O combate ao ideário comunista foi o carro-chefe que levou a uma crescente aglutinação de forças em torno de instituir o autoritarismo. Desde os movimentos de 1935, o governo vinha aprimorando o projeto de concentração de poderes, com a instituição do estado de exceção. O hipotético projeto comunista para dominar o país conhecido como Plano Cohen foi outra artimanha governamental utilizada para legitimar seus atos, aparecendo a instauração do Estado Novo, segundo tal concepção, como um anteparo anticomunista. De acordo com essa versão, o comunismo, cuja existência prática já datava em duas décadas, depois da Revolução Russa, constituía um risco para as instituições nacionais, trazendo consigo uma propalada total destruição do país:

Por outro lado, as novas formações partidárias surgidas em todo o mundo, por sua própria natureza refratárias aos processos democráticos, oferecem perigo imediato para as instituições, exigindo, de maneira urgente e proporcional à virulência dos antagonismos, o reforço do poder central. Isso mesmo já se evidenciou por ocasião do golpe extremista de 1935, quando o Poder Legislativo foi compelido a emendar a Constituição e a instituir o estado de guerra, que, depois de vigorar mais de um ano, teve de ser restabelecido por solicitação das forças armadas, em virtude do recrudescimento do surto comunista, favorecido pelo ambiente turvo dos comícios e da caça ao eleitorado.

A consciência das nossas responsabilidades indicava, imperativamente, o dever de restaurar a autoridade nacional, pondo termo a essa condição anômala da nossa existência política, que poderá conduzir-nos à desintegração, como resultado final dos choques de tendências inconciliáveis e do predomínio dos particularismos de ordem local.

Um levantamento quantitativo de algumas das palavras presentes em tal manifesto serve também para demonstrar as intenções dos perpetradores do golpe, conforme expresso no seguinte gráfico. A maior incidência é de “nação”, bem de acordo com o nacionalismo que viria a servir como pressuposto ideológico fundamental da ditadura em formação. O outro termo mais recorrente é “governo”, em consonância com a predisposição em concentrar/centralizar poderes nas mãos dos governantes, notadamente nas do “líder máximo”. Ainda aparecem com frequência “constituição” e “partidos”, exatamente dois dos pontos mais combatidos pelo discurso presidencial. Por outro lado, as palavras “povo” e “democracia” têm uma inclusão exígua, bem de acordo com os moldes ditatoriais que se estabeleciam.

Presença de determinadas palavras no Manifesto de 10 de novembro de 1937 (em números absolutos)



As principais características da construção discursiva estabelecida no manifesto que inaugurou o Estado Novo podem ser observadas a partir do próximo esquema:

Análise esquemática do Discurso-Manifesto de Getúlio Vargas “À Nação” de 10 de novembro de 1937

⇒CONDICIONANTES CONTEXTUAIS

- **extradiscursivos**→ a ação dos modelos autoritários no contexto internacional e nacional
- **intradiscursivos**→ a busca dos governantes em legitimar a perpetração do ato golpista
- **interdiscursivos**→ o contra-argumento em relação aos discursos anti-golpistas

⇒FORMAÇÃO DISCURSIVA

- **fundamento de regularidade**→ só um Estado forte pode promover a salvação nacional
- **conexão conceitual e interpretativa**→ o modelo liberal clássico é anacrônico
- **regramento**→ a expertise dos governantes garantiria a estabilidade nacional
- **estratégia**→ denegrir o contexto vigente para justificar a instauração da ditadura

⇒**RELAÇÕES DISCURSIVAS**

- **de oposição**→ executivo atuante X legislativo inócuo / agitação eleitoral X harmonia política
- **de associação**→ Constituição de 1934 ◀▶ anacronismo / Estado forte ▶▶ estabilidade
- **de identidade**→ partidos políticos ↔ desagregação / comunismo ↔ desintegração nacional

Desse modo, tal manifesto constituiu o anúncio de um dos momentos mais drásticos da formação histórica nacional, com a anulação de qualquer resquício do modelo liberal-democrático e a instauração de uma fórmula autoritária, centralista e concentradora de poderes que garantiu ainda por mais alguns anos a vigência do projeto varguista de perpetuação no controle do aparelho do Estado. Ainda que fosse uma construção discursiva preñe em contradições, prevalecia a busca incessante pela edificação de um discurso monolítico, calcado em um suposto apoio popular que não existiu. Um dos tópicos do manifesto demonstra acentuadamente as incongruências do ato de tentar justificar a instauração de uma ditadura. Nesse sentido, era afirmado que estava sendo criada uma nova estrutura legal, sem alterar o que se considerava substancial nos “sistemas de opinião”. O contrassenso era tão notável que o trecho do discurso buscava explicar que o novo modelo mantivera a “forma democrática”, o “processo representativo” e a “autonomia dos estados”, dentro das “linhas tradicionais” da “federação orgânica”.

Este segmento do manifesto bem revela suas tantas incoerências, chegando a constituir uma verdadeira aberração discursiva. A opinião pública foi deixada de lado pelo governo e, mais do que isso, foi controlada ao extremo, por um sistema inflexível de repressão e censura. O Estado Novo trouxe consigo uma ferrenha e extremamente autoritária ditadura, que não se coadunava de modo algum com qualquer

pressuposto democrático. Quanto a um sistema representativo, ele jamais existiu, pois sequer eleições foram praticadas nos anos seguintes, a representação parlamentar inexistiu e todo o poder concentrou-se nas mãos do executivo. Finalmente, a autonomia dos estados e a federação propriamente dita sucumbiram, uma vez que preponderou um regime de extrema centralização político-administrativa e controle supremo de parte da Presidência da República.

Mesmo assim, o Discurso-Manifesto de Getúlio Vargas “À Nação” de 10 de novembro de 1937 foi divulgado aos quatro cantos do país. Os meios de comunicação da época difundiram seu conteúdo integral ou fragmentário e ele acabou servindo como mais um dos atos de força dos governantes. As manifestações grandiloquentes, tonitruantes e exortativas foram típicas dos regimes totalitários, e não seria diferente no Brasil que teve na ditadura estado-novista uma adaptação para os trópicos dos modelos fascistas então vigentes. Era apenas um ato inaugural de uma prática que se tornaria recorrente ao longo do Estado Novo, na contínua tentativa dos governantes de mostrar a relevância de suas ações em prol do que chamavam de salvação nacional. Assim, a declaração presidencial foi mais uma das tantas estratégias discursivas utilizadas incansavelmente no intento de intentar legitimar o ilegítimo.

Referências bibliográficas:

BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto. *Textos políticos de História do Brasil*. 3.ed. Brasília: Senado Federal, 2002. v. 5. p. 264-272.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 5.ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 375-399.

- CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1976.
- D' ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- DIJK, Teun A. van. *Texto y contexto: semântica y pragmática del discurso*. 3.ed. Madri: Ediciones Cátedra, 1988.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Ed. da UnB, 2008
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. Contexto. In: CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 127-128.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Introducción a los métodos de análisis del discurso: problemas y perspectivas*. Buenos Aires: Hachette, 1980.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Termos chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2000.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MAINGUENEAU, Dominique. Formação discursiva. In: CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 240-242.
- ORLANDI, Eni P. *Discurso & leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988.
- ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 11.ed. Campinas: Pontes, 2013.
- OSAKABE, Haquira. *Argumentação e discurso político*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- ROBIN, Régine. *História e linguística*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- SILVA, José Luiz Werneck da (org.). *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- SOLA, Lourdes. O Golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTA, C.G. (org.). *Brasil em perspectiva*. 13.ed. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 256-282.

Recebido: 07/08/2016

Aprovado: 29/10/2016

